

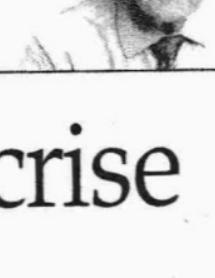
# Tema da

## Coisas da política

DF - Brasília

Villas-Bôas Corrêa

villas@jb.com.br



### O nome da crise é Brasília

ESTA CRISE POLÍTICA, QUE CADA dia fica mais chocha e desinteressante, virou um jogo de cabra-cega entre os políticos profissionais que desfrutam de um dos melhores empregos do mundo, com um cacho de privilégios, vantagens, sinecuras e mutretas que nasceu e se espalhou pelo cerrado com a mudança da capital para Brasília.

Paradoxal o destino de Brasília. Durante décadas ficou esquecida como um artigo morto da Constituição de 1946, que determinava a mudança da capital do Rio de Janeiro para o planalto central. Durante os anos que frequentei o Congresso, desde 1948 até 21 de abril de 1960, poucas vezes acompanhei os chochos debates sobre o tema, que apenas empolgava a bancada goiana.

A decisão da mudança é o instantâneo do temperamento de Juscelino Kubitscheck, excelente prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas que construiu Pampulha com as curvas sensuais do gênio de Oscar Niemeyer atraindo curiosos de todas as partes do mundo.

E foi no impulso de final de campanha que, em comício em Goiás, provocado por um assistente que entrou para a História, se uma vez eleito cumpriria o artigo da Constituição que determinava a mudança, JK assumiu na hora, sem um segundo de hesitação que, eleito, não apenas construiria a nova capital no cerrado como faria a mudança.

Aí começa a corrente de leviandades que marcaria o destino da futura capital. A começar pela inauguração antes de estar pronta, ainda um canteiro de obras no lamaçal do cerrado. Mas, JK estava de olho no JK-65 da sua perdição. E mais desastrosa que a mudança a toque de caixa e que desencadeou o avanço nos cofres públicos – com as dobradinhas do funcionalismo até os desatinos das mordomias – uma praga desmoralizou o Congresso, salpicou no Judiciário e empestou o Executivo, que perdeu o rumo com a bagunça brasiliense.

Um presidente mais atento e com melhor assessoria teria mobilizado a maioria parlamentar para aprovar a emenda constitucional que definisse Brasília como o distrito federal, sede dos três poderes, diretamente subordinada ao presidente da República e administrada pelo nomeado por sua livre escolha. Governador de Brasília, Assembleia Legislativa, prefeito, Câmara Municipal são como a saúva da capital que a desmoralizaram e destruíram.

A capital prevista para uma população de 300 mil, no máximo 400 mil habitantes, é o estafermo de 3 milhões, que se espalham por todas as áreas nobres e se expandem em imensas favelas, muitas controladas pelas máfias.

A solução, que é óbvia, ficou inviável. Pois, a Brasília obesa é o viveiro dos escândalos e das roubalheiras, até o espetáculo, com seus toques de ineditismo, da distribuição de pacotes de notas das cotas de propinas da quadrilha do ex-governador José Arruda, filmadas com todos os detalhes com a gangue escondendo a gorjeta na bainha da calça, nas cuecas, nas meias e até na mala de uma precavida senhora.

O Congresso salvaria Brasília com uma emenda constitucional. O presidente Lula jamais deu mostra de que se preocupou com a desmoralização do Congresso, com sobras para o Executivo e quireras para o Judiciário.

Reconheça-se que não seria fácil convencer a maioria do Congresso a fazer uma faxina em regra em Brasília. E nem é possível reduzir por decreto a população, ou tal absurdo passa pela cabeça de alguém. Mas, a poda dos galhos podres, a imoralidade da eleição de governadores para um distrito federal, do prefeito, da assembleia e câmara municipal, isto se faz com emenda constitucional.

Como quem limpa a casa varrendo o pó e jogando fora o lixo.